



Gilberto Mestrinho

CCJ examina três projetos que proíbem uso de armas de fogo

Com 19 matérias na pauta, comissão aprecia, também, normas para atendimento preferencial em repartições, bancos, transportes coletivos e sanitários públicos

PPA começa a ser discutido pela Comissão de Orçamento

O relatório sobre o Plano Plurianual (PPA) referente ao período 2000/2003 começa a ser discutido hoje pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho. Esforço concentrado deverá garantir que o texto seja votado até quinta-feira. O PPA fixa diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Executivo no período em relação aos investimentos, além de estabelecer o quanto deve ser gasto com saúde, educação e segurança.

PÁGINA 3



Gerson Camata, Djalma Falcão e José Roberto Arruda são autores dos projetos que proíbem o uso de armas de fogo

Três projetos que tratam da venda e do porte de armas de fogo devem ser examinados hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. A CCJ, que tem 19 matérias na pauta, deve votar também proposta que garante atendimento preferencial a deficientes, gestantes, idosos e lactantes em diversos serviços públicos.

PÁGINA 4

CAE vota proposta que impede venda de ações da Petrobras

PÁGINA 5

CE analisa cadeia de rádio e televisão para oposição

PÁGINA 2

PLENÁRIO DEBATE RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES NO STF E FUNDO CONTRA POBREZA

PÁGINA 4

MULHERES NO JUDICIÁRIO

Duas ministras no STJ

Entre os 33 ministros do Superior Tribunal de Justiça (nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado), só há duas mulheres.

- Eliana Calmon Alves (5.11.44), ministra desde 30.6.99
- Fátima Nancy Andrichi (27.10.52), ministra desde 27.10.99

Podem ser ministros do STJ os brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos

No TST

O Tribunal Superior do Trabalho é composto atualmente por 17 ministros, que se aposentam, voluntariamente, após 30 anos de serviço ou, obrigatoriamente, aos 70 anos de idade.

A juíza convocada Anélia Li Chum exerce temporariamente a função de ministra do TST, em decorrência da aposentadoria de Armando de Brito em 15.3.2000.

Fontes: Páginas do STJ e TST na Internet.



Na entrevista coletiva, Antonio Carlos Magalhães afirmou que "repensar o papel dos militares é uma obrigação do Estado"

ACM SUGERE USO DAS FORÇAS ARMADAS PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Preocupado com as manifestações violentas que "depõem contra o nome do Brasil e o princípio da autoridade", o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu a utilização das Forças Armadas na manutenção da segurança pública. "Repensar o papel dos militares é uma obrigação do Estado", afirmou.

PÁGINA 3

CE discute cadeia de rádio e TV para oposição

Projeto do senador Eduardo Suplicy visa garantir aos partidos oposicionistas no Congresso uso de rede nacional toda vez que o governo o fizer, no mesmo tempo e espaço, num prazo não superior a dois dias úteis

A Comissão de Educação examina em reunião marcada para hoje, às 11h, projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que facultava à oposição no Congresso Nacional o uso de rede nacional de radiodifusão toda vez que o Poder Executivo o fizer, com direito à utilização do mesmo tempo e espaço, num prazo não superior a dois dias úteis. O relator da matéria, senador Djalma Bessa (PFL-

BA), antecipou que apresentará parecer pela rejeição da matéria.

Na justificativa para apresentação do projeto, Suplicy argumenta, no entanto, que ainda restam resquícios autoritários do período anterior à democratização do país que desequilibram as relações entre o Estado e a sociedade. O projeto, que já esteve à disposição dos senadores na secretaria da comissão, segundo o re-

lator, recebeu emenda de Plenário dos senadores Lúcio Alcântara e Sérgio Machado, ambos do PSDB do Ceará.

Machado propõe que a convocação de rede nacional para pronunciamento da oposição, como quer o projeto, se dê a partir da aprovação de requisição específica, em sessão extraordinária do Congresso. Para ele, com essa condição, se evitará "infundável dis-

cussão política nos lares brasileiros". Já a emenda de Alcântara não altera substancialmente a proposta original, modificando apenas a forma de mudar a legislação atual ao adotar técnica legislativa diferente da proposta inicial.

Outro projeto que faz parte da pauta da CE, é da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), instituindo o Dia Nacional do Inventor. Ao relatá-lo favoravelmente, o se-

gador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destaca que "a iniciativa tem o mérito de promover o justo reconhecimento do imprescindível papel do inventor na trajetória de evolução científica e técnica do país e do mundo."

A CE também examinará a renovação da concessão de cinco emissoras de rádio, sendo uma em Minas Gerais, uma em Mato Grosso do Sul e três em São Paulo.



TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2000

AGENDA

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h — Despacho interno

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PDL nº 172/99, que renova a concessão da Rádio Cultura de Porto Novo OM em Além Paraíba (MG); PDL nº 185/99, que renova a concessão do Sistema Clube de Comunicação para rádio OC em Ribeirão Preto (SP); PDL nº 245/99, que outorga permissão à Fundação Educacional do Município de Assis (SP) para rádio FM; e Requerimento nº 241/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 621/99, de sua autoria, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, emenda nº 1 de Plenário oferecida ao PLS nº 676/99, que altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PLS nº 646/99, dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; PLC nº 2/2000, dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 613/99, altera o Decreto-Lei nº 406/68, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 641/99, institui o Dia Nacional do Inventor; emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao PLS nº 70/96, que dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão; e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apresentação e discussão do relatório do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

15h — CPI destinada a apurar o crescimento do roubo de cargas

Pauta: apresentação de sugestões e elaboração do calendário de atividades. *Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: entre outros itens, Mensagem nº 105/2000, submete o nome de Luiz Antônio Jardim Gagliardi para a função de embaixador na Noruega; Mensagem nº 110/2000, submete o nome de Brian Michael Fraser Neele para o cargo de embaixador na Turquia; PDL nº 48/2000, aprova o texto do acordo, por troca de notas, de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficial/serviço, especial e oficial, de ambos os países, celebrado entre os governos do Brasil e da Guiana. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, PLS nº 297/91, dá prioridade de atendimento à clientela que especifica; Diversos nº 47/95, do presidente do Banco Central, comunicando a constatação de adulterações nas certidões encaminhadas pela Prefeitura de Guarujá (SP), para instrução de processos relativos a operações de crédito na modalidade de antecipação de receita orçamentária, contratadas entre fevereiro e julho/94; PLC nº 77/95, dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de dados sobre a edição nas publicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: Destinada a comemorar o centenário de criação da Fundação Oswaldo Cruz. Pauta: quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDL nº 188/99, que renova a concessão da Rádio Prudente ÔM (SP); PDL nº 194/99, que renova a permissão da Rádio Intercontinental FM de Curitiba (PR); PDL nº 46/2000, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia; Requerimento nº 250/2000, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 58 e 70, de 1999, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 253/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando que sobre o PLS nº 320/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; e Requerimento nº 254/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação do PLS nº 521/99, com os PLSs nºs 419 e 678, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; quinto

e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); primeiro dia de discussão em segundo turno da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PLS nº 687/99, define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal e a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, para tipificar novas condutas; PDL nº 190/99, que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa Oswaldo Cruz FM em Seritãozinho (SP); Requerimento nº 255/2000, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 450/99, com o PLC nº 10/2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 256/2000, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92 e 101, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: discussão e apreciação dos destaques a serem apresentados ao Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

Quinta-feira

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: votação do relatório final do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Corisco & Dadá*, de Rosemberg Cariy. *Auditório Petrônio Portella*

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helivaldo Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM quer Forças Armadas na segurança pública

“Repensar o papel dos militares é uma obrigação do Estado”, afirma o presidente do Senado ao defender ação contra manifestações violentas que “depõem contra o nome do Brasil e o princípio da autoridade”

A necessidade de repensar o papel dos militares, inclusive quanto à utilização das Forças Armadas na manutenção da segurança pública, foi defendida ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

– Repensar o papel dos militares é uma obrigação do Estado. Não digo que é para começar amanhã ou depois, porque para pôr as tropas na rua seria necessário um treinamento, talvez por mais de um ano. Agora, não se justifica ter um grande dispositi-

vo das Forças Armadas enquanto a insegurança reina no país – afirmou.

Antonio Carlos acredita que os últimos acontecimentos confirmam sua posição.

– Estamos vendo governador levar uma paulada, ministro levar um ovo. Isso são agressões que não podem acontecer, e, como o Exército é extremamente respeitado, acredito que só a sua presença seria suficiente para diminuir em mais da metade dessas coisas que estão aconte-

tecendo e que depõem contra o nome do Brasil e o princípio da autoridade – disse.

O senador ressaltou que ainda não conhece a proposta do governo para a segurança pública, mas considera indispensável que se pense nisso.

– O papel principal do Ministério da Defesa – já que ele foi criado – é repensar o papel dos militares. Nós temos mais de 300 mil homens nas Forças Armadas, e precisamos de mais segurança nas ruas – observou.

Para senador, Orçamento deve ser impositivo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou também sua posição em defesa da adoção do Orçamento impositivo. O sistema evitaria cortes pelo Executivo, uma vez que as despesas determinadas pelo Congresso seriam obrigatórias e não facultativas, como acontece atualmente. Quanto aos cortes efetuados no Orçamento da União de 2000, Antonio Carlos lamentou que tenham atingido a área social.

– Se o Orçamento foi inflado,

teria que haver cortes em algum lugar. Eu não cortaria o social – observou.

REELEIÇÃO

O senador manifestou-se a favor da reeleição para presidente da República e governadores, e considerou prematuro discutir a revisão dessa legislação, em nível municipal, antes da realização das eleições de outubro. Na avaliação do senador, o próximo pleito, por ser o primeiro em que a possibilidade de reeleição dos prefeitos estará em vigor, servi-

rará como um verdadeiro “teste” da viabilidade da medida.

– Em princípio, sou favorável à reeleição do presidente da República e de governadores também. Tudo isto ainda está no forno, não está na hora de votar. Acho que essa discussão só vai ser retomada depois das eleições – disse.

Antonio Carlos sugeriu o exame de um critério populacional para a reeleição no caso dos municípios, conservando o dispositivo apenas nas cidades com mais de 200 mil habitantes.



Além do PPA de 2000 a 2003, a Comissão de Orçamento deve analisar, também, a execução do Plano em anos anteriores

Comissão de Orçamento inicia esforço concentrado para apreciar o PPA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional reúne-se hoje, às 15h, para discutir o relatório final do Plano Plurianual (PPA) referente ao período de 2000 a 2003. A reunião faz parte de um esforço concentrado de três dias para que a comissão vote o relatório.

Amanhã, a partir das 10 horas, os parlamentares da comissão iniciam o processo de negociação dos destaques a serem apresentados e, na quinta-feira, às 9h, o relatório final entra na pauta para ser votado.

Na última reunião, quarta-feira passada (dia 17), a Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), ouviu o chamado colegiado de relatores setoriais, os quais analisaram dez áreas temáticas. Foi também aprovado o relatório que será submetido ao plenário da comissão para discussão e votação.

O Plano Plurianual fixa diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Executivo no período de quatro anos compreendido entre os anos de 2000 e 2003. O PPA abrange investimentos governamentais e fixa despesas de caráter contínuo – despesas correntes –

para atender várias áreas, como saúde, educação e segurança.

ANÁLISE

Somente depois de votar o PPA 2000/2003 é que a Comissão de Orçamento examinará o relatório de acompanhamento da execução do Plano Plurianual relativo a 1998. O relatório faz uma análise de cada tema e da ação do PPA, dos créditos orçamentários correspondentes, quantifica a respectiva execução financeira e detalha a realização física das metas do exercício.

Constam ainda da pauta da comissão o exame da execução do PPA no período compreendido entre 1996 e 1998, submetido recentemente ao Congresso Nacional, e a votação do requerimento do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que convida o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, a prestar esclarecimentos sobre os fundos setoriais relativos à sua área, especialmente com relação ao Plano Plurianual 2000/2003.

A criação de uma subcomissão para reformular e propor alterações no processo orçamentário também entrará em pauta depois da votação do PPA 2000/2003. O autor do requerimento é o deputado João Cóser (PT-ES).



O presidente do TJ/DF, Edmundo Minervino, esteve com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

Desembargador visita presidente do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em seu gabinete, o novo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ/DF), desembargador Edmundo Minervino.

Segundo a assessoria do de-

sembargador, a visita teve caráter de cortesia. Edmundo Minervino, que também é baiano, assumiu a presidência do TJ no dia 24 de abril, para um mandato de dois anos.

PRESIDENTE DA ANATEL Antonio Carlos Magalhães re-

cebeu também a visita do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, que pediu urgência na tramitação do projeto de lei que trata da estruturação das agências nacionais reguladoras.

Plenário discute quatro emendas constitucionais

Fundo de Combate à Pobreza, mudanças nos limites de idade para aposentadoria compulsória e garantia de vagas para mulheres no Supremo Tribunal Federal estão na pauta da sessão de hoje

CPI do Roubo de Cargas define agenda de trabalho

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar os roubos de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e vias fluviais reúne-se hoje, às 15h, para fixar sua agenda de trabalho. De acordo com a proposta do relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), serão convocados ou convidados a depor representantes de seguradoras, profissionais autônomos, transportadoras, sindicatos, federações e confederações do setor, policiais civis estaduais e rodoviários federais, além de réus confessos já indiciados pela CPI do Narcotráfico.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI Mista vai apurar o roubo de cargas em todo o país, com o objetivo de criar mecanismos capazes de coibir a atuação de quadrilhas especializadas em saquear cargas. De acordo com dados fornecidos pela Confederação Nacional de Transporte (CNT), citados por Oscar Andrade, de janeiro a junho de 1999 foram registradas 1.493 ocorrências de roubo de cargas de caminhões só em São Paulo, resultando em prejuízo de R\$ 247,4 milhões em apenas seis meses. No ano passado, em todo o país, foram registradas 4.200 ocorrências, totalizando um prejuízo superior a R\$ 315 milhões. "O crescimento dos assaltos a caminhões no país é vertiginoso", constata o deputado.

Estatísticas dos sindicatos das empresas transportadoras, das polícias rodoviárias estaduais e das seguradoras, também citadas pelo deputado, revelam que aproximadamente 80% dos roubos de carga estão concentrados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com tais estatísticas, há uma tendência de ampliação do raio de ação das quadrilhas para o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Paraná.

Para o senador Romeu Tuma, as investigações devem se concentrar nos receptores, já que o roubo de cargas é uma modalidade de delito feita por encomenda. A entrega da carga roubada normalmente é realizada imediatamente após o roubo, afirmou o senador, salientando que 80% dos roubos acontecem entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A sessão plenária de hoje tem em sua pauta, para discussão, quatro propostas de emendas constitucionais, entre elas a que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, apresentou substitutivo às propostas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da Comissão Especial da Pobreza.

O fundo, que vigorará até 2010, deverá somar R\$ 4 bilhões anuais. Esse dinheiro será aplicado em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre.

O segundo item da pauta é a proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que amplia de 65 para 70 anos o limite de idade para a nomeação de magistrados, e de 70 para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória dos



Pedro Simon propõe ampliar de 65 para 70 anos o limite de idade para a nomeação de magistrados



Projeto de Tebet eleva de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos servidores públicos



Ademir Andrade quer alternância nas nomeações de homens e mulheres para o STF

servidores públicos.

Os senadores devem discutir também proposta do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. O mesmo texto eleva para 65 anos, no caso das mulheres, e para 70 anos, no caso dos homens, a idade para aposen-

tadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Também estará em discussão a proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que submete a critério de alternância as nomeações para o STF, de forma que não ocorram duas nomeações seguidas de pes-

soas do mesmo sexo.

Os senadores devem deliberar hoje sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão outorgada às seguintes emissoras: Rádio Cultura de Porto Novo, de Além Paraíba (MG); Sistema Clube de Comunicação, de Ribeirão Preto (SP); e Fundação Educacional do Município de Assis, de Assis (SP).

CCJ pode votar hoje projetos que proíbem uso de armas de fogo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar hoje os três projetos de lei do Senado que tratam da venda e porte de armas de fogo. Um dos projetos, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), proíbe a fabricação, o porte, o depósito, o uso e o trânsito de armas de fogo em todo o país. Outro, do ex-senador Djalma Falcão (PMDB-AL), estabelece que o uso, o porte e a guarda de armas de fogo devem ser privativos das Forças Armadas e das polícias civis e militares. O terceiro projeto, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), proíbe a venda de armas de fogo e munição, exceto para os órgãos de segurança pública e empresas de segurança privada, desde que devidamente registradas e regularizadas.

Outro projeto que pode ser votado pela CCJ na reunião de hoje é da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e garante atendimento preferencial a deficientes, gestantes, idosos, lactantes e pessoas com crianças de colo em órgãos públicos, bancos, transportes coletivos e sanitários públicos.

A divulgação de mensagens de educação para o trânsito em publicidade da indústria automobilística, incluindo *outdoors* instalados às margens das rodovias, também deve ser debatida pela CCJ. A matéria é objeto de projeto da Câmara, que tramita em conjunto com proposta da senadora Emília Fernandes.

Ainda de autoria da senadora, deve ser apreciado projeto, alterado por duas emendas do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que dispõe sobre a obri-

gatoriedade de hospitais e clínicas manterem registros de prontuários médicos por 20 anos, garantindo o acesso aos dados a pacientes e seus familiares. O descumprimento da norma acarretaria ao profissional de saúde o pagamento de multa ou pena de até dois anos de prisão.

De acordo com projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que também está na pauta da CCJ, juízes trabalhistas de primeira instância poderão conceder assistência jurídica gratuita a quem

receber até dois salários mínimos ou provar seu estado de miserabilidade. A proposta conta com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

José Eduardo Dutra, relator da matéria na CCJ, tem parecer favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que obriga a presença de testemunhas em cartório, no ato de confecção do registro de nascimento, quando o parto ocorrer sem assistência médica, em residência ou fora da unidade hospitalar.



Camata quer proibir a fabricação, o porte, o depósito, o uso e o trânsito de armas de fogo



Ex-senador Djalma Falcão: uso de armas deve ser privativo das Forças Armadas e da Polícia



José Roberto Arruda quer proibir a venda de armas de fogo e munição

CAE examina projeto que impede venda da Petrobras

Comissão reúne-se hoje com várias matérias em pauta, como a instituição do Código de Defesa do Contribuinte e a proibição da venda no mercado interno de cigarros e cervejas em lata produzidos no Brasil para exportação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar na reunião de hoje, marcada para as 10h, projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que impede a venda de ações da Petrobras pertencentes à União. O voto do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é pela aprovação da matéria, que tem caráter terminativo e já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além da proposta que retira a Petrobras do Programa Nacional de Desestatização, a CAE vota mais oito matérias. Um delas é o projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte, com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA). De acordo com Bornhausen, a lei precisa assegurar o equilíbrio na relação entre o contribuinte e o fisco.

Também em caráter terminativo, será votado na CAE projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a venda no Brasil de cigarros e cervejas em lata produzidos para ex-

portação. Para Requião, o retorno desses produtos ao território nacional causa perda de arrecadação, já que gozam de benefícios fiscais. O relator, senador Edison Lobão, deu parecer favorável à proposta.

Outra matéria na pauta da CAE é a emenda do senador Jorge Bornhausen ao projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que troca o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) como indexador dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais. A emenda foi acatada pelo relator da matéria, senador Roberto Saturnino.

A comissão examina ainda outros dois projetos. Um deles é o projeto de resolução resultante da CPI do Sistema Financeiro que determina a publicação, na página do Tribunal de Contas da União na Internet, das contas de estados, municípios e outras instituições públicas, como condição para a autorização de novos empréstimos. O relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), é favo-



O senador Álvaro Dias é autor da proposta que proíbe a venda das ações da Petrobras pertencentes à União

rável à matéria. A comissão examina, ainda, projeto de lei da Câmara que impede o pagamento de indenização por benfeitorias realizadas com dinheiro público em terras desapropriadas. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) recomenda a aprovação do projeto.

Proposta altera programa de desestatização

O projeto do senador Álvaro Dias que será discutido hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem dois objetivos. O primeiro é o de evitar a venda pelo governo das ações excedentes. Segundo justificativa apresentada pelo senador, a União detinha, em fevereiro de 1999, 52,88% do total das ações da estatal. O segundo é o de reforçar em lei a garantia de que a empresa não será privatizada.

A manutenção do controle acionário da Petrobras pela União tornou-se obrigatória após a pu-

blicação, em 1997, da lei que regulamentou a política energética nacional. No mesmo ano, porém, uma nova lei – que alterou as normas do Programa Nacional de Desestatização (PND) – permitiu a venda pelo governo das ações da empresa que excedam o necessário à manutenção de seu controle pela União.

Álvaro Dias pretende alterar a lei que trata do PND, publicada em setembro de 1997. O primeiro artigo de seu projeto exclui desta lei o dispositivo que prevê a possibilidade de venda de ações além do

“mínimo necessário à manutenção do controle acionário” da empresa. O segundo artigo procura incluir a Petrobras na lista de estatais que não poderão ser vendidas pelo governo. Encontram-se atualmente nesta lista o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

“Existe uma enorme resistência em relação à privatização de determinadas empresas, que são vistas como patrimônio valiosíssimo da nação”, argumenta Álvaro Dias na justificativa da proposta. “A Petrobras é uma destas”, afirma.

CRE analisa hoje indicação de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar, entre outras matérias, a indicação de Antônio Jardim Gagliardi e Michael Fraser Neele para embaixadores do Brasil na Noruega e na Turquia, respectivamente.

Também integram a pauta da comissão textos de acordos para isenção de vistos em passaportes diplomáticos entre o Brasil e a Guiana; de cooperação judiciária em matéria civil, celebrado entre Brasil e França; de recomendações adotadas pela Conferência

Internacional do Trabalho; e a ata final da XIII Conferência Interparlamentar União Europeia/América Latina.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprecia projeto que regulamenta dispositivo constitucional com o objetivo de evitar a invasão de terras devolutas da União. A proposta tem parecer contrário do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



Márcia Siqueira de Carvalho, de Londrina (PR), pergunta
Senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) responde

“Não é um absurdo produzir uma lei que transforma 10% de uma formação biológica e vegetal, no caso a formação de mangues, em fazendas de camarão para poucos?”

“Inicialmente quero agradecer a oportunidade de participar dessa coluna cuja leitura tem sido obrigatória para todos nós senadores. Agradeço, da mesma forma, a participação da dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho que, como cidadã, está exercendo a importante vigilância democrática.

Com relação ao Projeto de Lei do Senado nº 492/99, de minha autoria, que trata do desenvolvimento da aquicultura, o assunto tem merecido interpretação diversa daquela a que nos propusemos legislar. Nossa intenção principal foi a de promover o desenvolvimento da carcinicultura com o aproveitamento das áreas abandonadas de antigas salinas e viveiros de peixes, sob um rigoroso controle do órgão federal responsável pelo meio ambiente.

A criação de camarão em cativeiro é uma atividade que tem gerado emprego, renda e divisas para países como o Equador, Tailândia, Indonésia, China e Índia. O Brasil tem se destacado pelo grande potencial de produção.

O assunto vem merecendo cuidadoso exame pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, inclusive com audiências públicas e outros debates, que é de fundamental importância ao aperfeiçoamento das propostas no processo legislativo. O projeto tem sido objeto de intensa discussão. Com certeza haveremos de encontrar uma forma para que possamos promover o desenvolvimento com o necessário respeito ao meio ambiente.”

Quintanilha defende punição a crimes eletrônicos

Conforme projeto do senador, devem ter as penas aumentadas os delitos cometidos contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade intelectual e os costumes com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações

A tribuna do Plenário foi ocupada ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que defendeu a punição dos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações. O senador apresentou na semana passada proposta prevendo que os autores de crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade intelectual e os costumes, praticados com o auxílio de meios eletrônicos, terão suas penas aumentadas até o triplo.

— Não podemos mais tolerar que pessoas inescrupulosas se utilizem das mais avançadas tecnologias de comunicação de dados com interesses que não sejam o de erigir uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso pôr fim à prática de atos que causam vultosos prejuízos financeiros e patrimoniais em todo o mundo — comentou



Leomar Quintanilha: é preciso pôr fim a práticas que causam prejuízos

Leomar Quintanilha.

O senador lembrou que nos últimos dias dois crimes cometidos através da Internet ganharam grande repercussão na mídia. Um deles foi a proliferação do vírus que ficou conhecido como *Iloveyou*, que atingiu cerca de 45 milhões de computadores em todo o mundo.

Quintanilha também informou que o Ministério Público do Rio de Janeiro, após dois anos de operação sigilosa, conseguiu reunir provas e incriminar 11 pessoas que utilizaram a rede internacional de computadores para divulgar fotografias de crianças e adolescentes submetidos a constrangimento sexual.

Leomar Quintanilha afirmou que a prática de crimes com a utilização de recursos eletrônicos não está tipificada no ordenamento jurídico brasileiro. No

O RASTRO DO ILOVEYOU

45 milhões

de computadores infectados

US\$ 10 bilhões

em prejuízos somente nos EUA



20

países atingidos

92%

das empresas norte-americanas tiveram algum problema com vírus

David Smith, autor do vírus Melissa, foi condenado pela Justiça americana, em dezembro de 1999, por causar prejuízos de US\$ 80 milhões.

Fonte: Instituto de Computação Econômica (IUCE)

caso dos pedófilos descobertos pelo Ministério Público, foi necessário que o promotor utilizasse o Estatuto da Criança e do Adolescente para indiciar os acusados, que teriam violado dispositivo que resguarda os menores

de situações humilhantes.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a iniciativa de Quintanilha e defendeu a necessidade de se combaterem os *hackers*, como são chamados os usuários de

informática que invadem computadores para roubar e falsificar dados, além de causar outros prejuízos. “Essa é uma matéria complicada e os especialistas têm que se debruçar sobre ela”, opinou.

Patrocínio cobra cumprimento da lei que garante veículos a álcool em frota oficial

A imediata implementação da Lei nº 9.660, que dispõe sobre a substituição, no prazo de cinco anos, da frota oficial de veículos por outros movidos a combustíveis renováveis, principalmente o álcool, foi defendida ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Segundo afirmou, muito pouco foi feito até agora, apesar de a lei ter quase dois anos de vigência, o que em sua opinião configura mais um exemplo de “lei que não pegou”.

Para o senador, a produção de veículos a álcool não provocou ainda a retomada dos níveis que seriam necessários, nem houve queda de preços que motivasse os compradores. Tampouco, avaliou, materializou-se uma política de preços mais baixos para o álcool combustível, em relação aos derivados de petróleo, que contribuiu para o aquecimento da demanda e para reverter o comportamento reticente do mercado em relação à tecnolo-

gia e ao desempenho dos veículos a álcool.

Patrocínio lembrou que somente a renovação da frota oficial resultaria num mercado anual de 80 mil unidades, aos quais se poderiam adicionar muitos outros vendidos a particulares se houvesse incentivo de preço mais baixo para veículos e combustível. Ele reconheceu que o governo baixou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ampliou prazos de financiamento e consórcio para esses veículos, “mas as medidas foram claramente insuficientes”.

O senador afirmou haver razões estratégicas para incentivar o consumo de veículos a álcool, além da retomada do Programa Nacional do Álcool. “Em termos econômicos, representaria a reativação de um setor agrícola que vive a angústia do excesso de oferta e carência de demanda. Do ponto de vista energético, se poderiam resguardar as reservas de petróleo para as necessidades in-



Para Patrocínio, a renovação dos veículos oficiais por carros a álcool reaqueceria o setor

substituíveis de alguns setores industriais. Em relação ao meio ambiente, teríamos bem menos resíduos não degradáveis no ar”, concluiu.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lembrou que a comercialização maciça de veículos a álcool representou um programa tão bom que os Estados Unidos o copiaram. Ele lamentou que o governo brasileiro o tenha abandonado.

Sistema de financiamento estudantil é elogiado

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o Programa de Crédito Educativo (Creduc) e sua substituição pelo Sistema de Financiamento Estudantil (Fies). Lançado pelo governo, o sistema deverá beneficiar cerca de 180 mil estudantes, financiando até 70% da mensalidade escolar do aluno que comprovar insuficiência de renda, com o aval de até quatro fiadores. Patrocínio defendeu, no entanto, mais atenção para o ensino superior no Brasil. Segundo disse, apenas um em cada vinte brasileiros chega à universidade, enquanto em países desenvolvidos a proporção é de um para cada três habitantes.

Patrocínio apontou também estatísticas que mostram o crescimento do número de brasileiros que cursam o primeiro grau e chegam ao nível médio. A partir daí, ocorre uma disputa acirrada por vagas nas universidades públicas, geralmente alcançadas por alunos egressos de escolas secundárias particulares, lembrou. Restam ao estudante pobre, oriundo da escola pública de ensino fundamental e médio, as faculdades privadas, que geralmente cobram altas mensalidades.

O senador informou que o Creduc foi criado em 1975 e já financiou os estudos de mais de 870 mil alunos. Em 1999, cerca de 60 mil universitários foram beneficiados pelo programa oficial. Assim mesmo, lembrou, cálculos do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, mostram que são necessários 400 mil novos financiamentos para que se comece a equilibrar o sistema educacional brasileiro.

Segundo Carlos Patrocínio, é preciso também que haja aumento no número de vagas e a abertura de cursos noturnos nas universidades públicas, já que 70% dos universitários brasileiros estudam em instituições particulares.

A transferência da responsabilidade pela concessão do crédito educativo para o sistema financeiro ou para o próprio aluno são alternativas do Ministério da Educação para ampliar a concessão do crédito educativo.

Rocha fala sobre proibição de silicone líquido



O relator na Comissão de Assuntos Sociais do projeto que proíbe a aplicação do silicone líquido no organismo humano e cria normas para o uso da prótese de silicone, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), fala sobre o assunto em entrevista à TV Senado que

Valadares explica construção associativa

Em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 9h30, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fala sobre projeto de sua autoria que cria o Programa de Construção Associativa.

O objetivo da proposta, explica o senador, é reduzir o déficit habitacional no país. Se aprovado, o

vai ao ar hoje, às 7h30.

O projeto original, do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), foi apresentado em 1997, e estabelece, basicamente, normas para o uso do silicone, obrigando os médicos a comunicarem ao paciente os eventuais riscos do implante. A matéria já sofreu várias alterações desde sua apresentação.

programa integrará o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e exigirá que as famílias, antes de pleitearem o financiamento, comprem o terreno. Pelo projeto, o financiamento bancará 60% do valor da obra, sendo os 40% restantes oriundos de participação do associado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania*: Sen. Eduardo Suplicy e o ministro timorense Kinal de Oliveira falam sobre o Timor Leste
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Sen. Sebastião Rocha fala sobre a proibição de silicone líquido
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV Cheia de histórias – Marcellândia/MT
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil* – Turismo no Pará
9h30 – *Entrevista*: Sen. Antonio Carlos Valadares fala sobre a moradia no Brasil
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após: Comissão de Educação
13h30 – *Cidadania*: Sen. Eduardo Suplicy e o ministro timorense Kinal de Oliveira falam sobre o Timor Leste
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição e Justiça (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – CPI do Roubo de Cargas (gravado)

Logo após: Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Dutra propõe revogação da Lei de Segurança Nacional

Para senador, é “urgente” um novo tratamento da defesa do estado democrático de direito, o que deverá ser feito na reforma do Código Penal

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

José Eduardo Dutra afirma que a vigência atual da lei, elaborada durante a ditadura militar, é absolutamente injustificável. Ele lamentou que a legislação ainda seja admitida pela ordem jurídica estabelecida, principalmente depois da promulgação da Constituição de 1988.

– É urgente a elaboração de um novo tratamento da defesa do estado democrático de direito, o que deverá ser feito no âmbito da ampla

reforma do Código Penal, ora em fase de estudos pelo Ministério da Justiça – sustenta o senador petista.

Dutra recorda que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando senador, assinou voto em separado defendendo a revogação da LSN, como também su-

geriu “a previsão de instrumentos legais protetores da soberania nacional, do funcionamento dos po-

José Eduardo Dutra critica vigência da Lei de Segurança Nacional elaborada durante o regime militar



deres, das instituições democráticas, no corpo das leis codificadas no país”.

Novos temas ganham espaço na agenda internacional, observa Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que, com o fim da chamada Guerra Fria, o comércio externo, o meio ambiente e os direitos humanos substituíram a questão bélica e a segurança na agenda e nos debates internacionais. Para o senador, essa mudança gerou a necessidade de uma maior transparência na formulação das políticas externas nacionais, tradicionalmente reservada ao Poder Executivo.

Lúcio Alcântara expôs ao Plenário do Senado a palestra que fez no seminário *Os Parlamentos e as Relações Internacionais*, organizado pela Universidade de Brasília, Fundação Alexandre Gusmão e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. O senador afirmou que considera um erro a tradição parlamentar brasileira de não participar da formulação da política externa, que fica praticamente a cargo apenas do Executivo.

Alcântara fez uma explanação sobre o papel de cada Poder da República na assinatura de tratados internacionais. Segundo ele, cabe ao Congresso Nacional aprovar ou rejeitar tratados que venham a ser negociados – mas cada tratado é examinado como um todo pelo Legislativo, e sua aprovação não significa, necessariamente, uma ratificação.

– No caso do Brasil, o Poder Executivo tem competência privativa para manter relações com Estados estrangeiros e enviar representantes diplomáticos, e o presidente da República não poderá manifestar consentimento definitivo em relação a tratados sem aprovação do Congresso Nacional, mas essa aprovação não significa a sua validação – observou.

O Senado Federal tem o poder de aprovar, por voto secreto, a escolha dos chefes diplomáticos de caráter permanente e autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Todos os atos internacionais que envolvam compromissos financeiros deverão ser submetidos à aprovação do Parlamento, frisou Lú-

cio Alcântara.

– O Senado brasileiro, como defensor da independência dos estados da federação, limita o poder do presidente e busca apoio de senadores influentes para a condução da política externa – disse.

Ao explicar o processo de formulação da política externa nacional, o senador disse que, após a guerra fria, as questões bélicas foram deixadas de lado e a agenda internacional voltou-se essencialmente para o comércio e investimentos.

As questões atuais são uma tendência do crescente aumento da participação da sociedade civil no processo decisório internacional, pois são questões que causam impacto no dia a dia do cidadão comum.



Alcântara vê crescimento de temas como comércio externo, meio ambiente e direitos humanos, em substituição à questão bélica e à segurança

Osmar propõe Fundo de Participação dos Servidores

Para senador, reforma gerencial do Estado não pode se limitar à redução das despesas. Ele quer garantir bônus anual para funcionalismo

Projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores (FPS) destinado a garantir um bônus anual a todos os servidores civis do governo federal. As receitas do fundo, de acordo com a proposta, serão constituídas, entre outros, da arrecadação dos 10% do crescimento real das receitas tributárias apuradas mensalmente; dos 3% do Imposto de Renda dos servidores retido na fonte; e de 1% da remuneração dos servidores abrangidos pela lei.

A proposta prevê que os recursos do fundo serão geridos pelo Conselho de Administração, composto por representantes de sindicatos, do Conselho Nacional de Economia, do Tribunal de Contas da União, do Poder Legislativo e do Ministério da Fazenda, entre



Osmar: chance de motivar os servidores a se sentirem sócios na gestão pública

outros órgãos. O conselho será presidido pelo ministro da Fazenda e seus membros serão designados pelo presidente da República. Segundo o projeto de Osmar Dias, os servidores receberão

um crédito do Banco do Brasil, sob a forma de caderneta de poupança, no mês de janeiro de cada ano.

Na justificativa da matéria, o senador afirma que a reforma gerencial do Estado não pode se limitar à redução das despesas. O aumento da arrecadação, frisa, deve ser um instrumento para disponibilizar mais recursos para as áreas sociais:

– O presente projeto tem por objetivo fundamental criar instrumento para uma nova filosofia de arrecadação ao mesmo tempo em que busca motivar os servidores públicos a se sentirem sócios do Estado na gestão pública – explicou.

Para o senador, o projeto cria vários instrumentos que possibilitam a maior participação dos servidores na gestão governamental.

Antero: SUS deve custear cirurgias no exterior

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projeto de lei prevendo o custeio de transplantes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo no caso de operações que só possam ser realizadas no exterior. O projeto também obriga a cobertura de transplantes pelos planos e seguros de saúde.

Segundo o seu autor, o projeto está amparado na Constituição, que considera a saúde como “um direito de todos e um dever do Estado”. Na rede pública de saúde e nos hospitais privados, esse preceito constitucional não estaria sendo cumprido, conforme o

senador.

Os planos e seguros alegam que os transplantes elevariam seus custos ao ponto de pôr em risco a viabilidade econômica das empresas. Mas, de acordo com o senador, a verdade é que nunca se pode avaliar com clareza e precisão a margem de ganho dessas instituições:

– O lucro deles não deve ser desprezível, haja vista a disposição que demonstram em investir em publicidade e no aumento do número de estabelecimentos no setor – diz Antero na justificativa do seu projeto, que tramitará na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.



Projeto de Antero também obriga cobertura de transplantes pelos planos de saúde



Mozarildo, autor do projeto, defende presença dos jovens médicos nas cidades que são carentes desses profissionais

Médico recém-formado pode trabalhar em município carente

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propôs ontem que profissionais de saúde recém-formados atuem durante um ano em municípios cujo número de médicos por habitantes esteja abaixo da média de um para cada mil pessoas, considerada aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O senador disse que a experiência funcionaria para os profissionais como uma espécie de “pós-graduação em Brasil”:

– Enquanto em toda região Norte existem apenas quatro cursos de medicina, somente no estado de São Paulo há vinte. Esta distorção precisa ser combatida – afirmou Mozarildo, que considera um equívoco a proibição, por parte do Ministério da Educação, de que sejam criadas novas faculdades de medicina no país. Ele quer que o governo federal estimule o surgimento de novas instituições, e defende a obrigatoriedade de um estágio remunerado de um ano em cidades com baixo número de médicos, dentistas e enfermeiros.

O senador citou o exemplo de Cuba, onde em cada província

existe uma faculdade de medicina, e acredita que a criação da “pós-graduação em Brasil” seria um modo de diminuir a carência de profissionais em municípios do interior, já que os médicos preferem se estabelecer em grandes centros urbanos:

– Se a universidade é pública, esta obrigação é evidente. Porém, mesmo se a instituição for particular, muitas vezes existem incentivos ao seu funcionamento, e há uma dívida social a ser paga – argumentou.

Mozarildo pediu aos ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e da Saúde, José Serra, que analisem a idéia. Ele lembrou que o Ministério da Educação já admite a possibilidade de tornar o serviço em áreas carentes parte do currículo dos profissionais de saúde. O senador apelou ainda ao Conselho Federal de Medicina para que apresente alternativas para levar mais médicos ao interior, já que convênios estabelecidos por estados e municípios com profissionais cubanos e colombianos têm sido criticados pelo órgão.

Mozarildo defende isenção de pedágio para maior de 65 anos

Projeto de lei apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti propõe a isenção do pagamento de pedágio nas rodovias federais para veículos conduzidos pelos respectivos proprietários que tenham acima de 65 anos. No caso de rodovias privatizadas, a União deverá alocar recursos orçamentários para ressarcir as concessionárias da perda de receita decorrente da isenção.

A proposta, encaminhada à CCJ e à CAS, deverá ser apreciada em caráter terminativo pela CAS.

Em apoio à iniciativa, Mozaril-

do Cavalcanti argumenta, na justificativa de seu projeto, que a questão da mobilidade pessoal, “fator indispensável à preservação de uma vida ativa e participante”, foi também preocupação dos legisladores constituintes de 1988, tanto que eles asseguraram transporte coletivo urbano gratuito aos maiores de 65 anos.

A isenção, conforme o senador, corrige a restrição crescente à mobilidade de média e longa distância das pessoas idosas, especialmente daquelas que sobrevivem com poucos recursos oriundos de aposentadoria.

do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

Participe!
Não custa nada para você,
vale muito para o país.

Ligue! 0800 612211

www.senado.com.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais - NCS&M

AVOZ